

CARTOGRAFIA SOCIAL E DIVERSIDADE TERRITORIAL NO ENFRENTAMENTO À MINERAÇÃO NA SERRA DO BRIGADEIRO

GUSTAVO SOARES IORIO¹
LUCAS MAGNO²

Resumo

Dentre os conjuntos serranos de Minas Gerais que estão atualmente no centro dos conflitos ambientais envolvendo mineração, está a Serra do Brigadeiro. Localizada na mesorregião da Zona da Mata, ela abriga uma das mais importantes áreas de mata atlântica preservadas do estado, grande biodiversidade e milhares de agricultores(as) familiares. Entretanto, esta paisagem está ameaçada pelo avanço da mineração de bauxita, pretendida pela Companhia Brasileira de Alumínio (CBA). O interesse dessa empresa no subsolo da Serra do Brigadeiro não é recente. Desde a década de 1950 a CBA vem promovendo pesquisas e estudos na região a fim de encontrar novas reservas minerais. A partir da década de 1980 as pesquisas se intensificaram e se confirmou a disponibilidade de uma grandiosa reserva de bauxita. Em trabalhos anteriores mostramos como a CBA se instalou na Zona da Mata e como ela tem planejado expandir seus empreendimentos minerários nos próximos anos. Demonstrou-se ainda que isso tem se revelado como um projeto hegemônico de ordenamento territorial, gerando impactos socioambientais, violência física e simbólica e violação de direitos humanos. Entretanto, mesmo diante de injustiças socioambientais, diversas organizações sociais ameaçadas com o avanço da mineração não se calam, encampando diversas ações coletivas de contestação e resistência através da constituição da Comissão de Luta e Enfrentamento à Mineração na Serra do Brigadeiro. O Centro de Análise Socioambiental do Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais e o Laboratório de Estudos de Geopolítica do Capitalismo do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Viçosa participam dessa Comissão desde 2015. Tais atividades se somaram às mobilizações sociais, audiências públicas com a Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania e com a Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, e diversas assembleias populares para debater os impactos socioambientais da mineração na Serra do Brigadeiro, mobilizando redes de associações diversas para o enfrentamento. Além disso, essa articulação acabou por gerar uma demanda de realização de cartografia social das atividades adotadas pelos agricultores que fazem com que a Serra do Brigadeiro seja conhecida como um polo agroecológico e de turismo comunitário no país. Assim, esse trabalho pretende apresentar os resultados de uma pesquisa-ação valendo-se da cartografia social enquanto metodologia para se compreender a resistência na Serra do Brigadeiro.

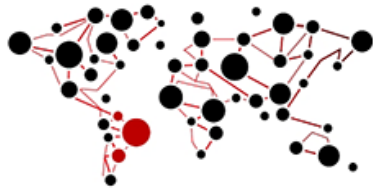
Palavras-chave: mineração; conflitos ambientais; cartografia social; Serra do Brigadeiro.

Abstract

Among the mountain of Minas Gerais that are currently at the center of environmental conflicts involving mining, there is the Serra do Brigadeiro. Located in the region of Zona da Mata, it is place to one of the most important atlantic forest areas preserved in the state, great biodiversity and thousands of family farmers. However, this landscape is threatened by the advance of the bauxite mining, intended by Companhia Brasileira de Alumínio (CBA). The interest of this company in the subsoil of the Serra do Brigadeiro is not recent. Since the 1950s CBA has been promoting research and studies in the region in order to find new mineral reserves. Since the 1980s, research has intensified and the availability of a

¹ Doutor em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), e docente do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Viçosa (UFV). E-mail: iorio@ufv.br.

² Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), e docente do Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais - Campus Muriaé (IF Sudeste MG). E-mail: lucas.magno@ifsudestemg.edu.br.



XIII ENANPEGE

A GEOGRAFIA BRASILEIRA NA CIÊNCIA-MUNDO:
produção, circulação e apropriação do conhecimento
DE 2 A 7 DE SETEMBRO DE 2019 · SÃO PAULO

2

grand bauxite reserve in which the Serra do Brigadeiro is inserted. In previous work we have already shown how CBA how it plans to expand its mining projects in the coming years. It has also been demonstrated that this has been revealed as a hegemonic project of territorial planning, generating socio-environmental impacts, physical and symbolic violence and violation of human rights. However, even in the face of social and environmental injustices, several social organizations threatened with the advancement of mining did not stop, pursuing several collective actions of protest and resistance through the constitution of the Comissão de Luta e Enfrentamento à Mineração na Serra do Brigadeiro. The Center for Socio-Environmental Analysis of the Federal Institute of the Southeast of Minas Gerais and the Laboratory of Geopolitical Studies of Capitalism of the Department of Geography of the Federal University of Viçosa participate in this Commission since 2015. These activities have been added to the social mobilizations, public hearings with the Secretary of State for Human Rights, Social Participation and Citizenship and the Human Rights Commission of the Legislative Assembly of Minas Gerais, and several popular assemblies to discuss the socio-environmental impacts of mining in the Serra do Brigadeiro, mobilizing networks of diverse associations for the confrontation. In addition, this articulation eventually generated a demand for social cartography of the activities adopted by the farmers that make the Serra do Brigadeiro known as an agroecological and community tourism pole in the country. Thus, this paper intends to present the results of an action research using social cartography as a methodology to understand the organizational dynamics and the sense of resistance in the Serra do Brigadeiro.

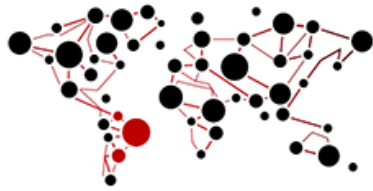
Key words: mining; environmental conflicts; social cartography; Serra do Brigadeiro

1 - Introdução

Neste texto argumentamos que a expansão da mineração tem gerado instabilização de territórios ocupados por diversas categoriais sociais, muitas delas responsáveis pela produção e reprodução da biodiversidade, de recursos hídricos e de outros elementos daquilo que hoje nos é apresentado como bens comuns. Associado a esse fenômeno, identificamos que as populações ameaçadas têm engendrado estratégias de resistências ao avanço da mineração em seus territórios.

Com a ajuda de Acselrad e Coli (2008), Cáceres (2012) e Almeida (2013), argumentamos ainda que experiências de cartografia social se apresentam como uma dessas estratégias de resistência, já que promovem a visibilidade de projetos alternativos para o território e favorecem a ação política. Reconhecemos, portanto, a cartografia social não só como ferramenta de representação territorial, mas como parte das territorialidades, visto que é um artefato político-cultural usado para (re)apropriação de territórios (OFFEN, 2003).

Em termos metodológicos, o que será apresentado derivou de projetos de pesquisa e extensão que os autores têm desenvolvido junto à Comissão de Luta e Enfrentamento à Mineração na Serra do Brigadeiro. Esta comissão é composta por diversas organizações sociais, entre as quais estão a Comissão Pastoral da Terra



(CPT), Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR's), o Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM) e a Associação Franciscana Santa Maria dos Anjos. Especificamente, apresentaremos resultados de um projeto de cartografia social realizado em 2018 no distrito de Belisário, município de Muriaé-MG, que está envolvido com conflitos ambientais derivados do avanço das ações da Companhia Brasileira de Alumínio (CBA). Tal projeto abarcou a realização de 6 oficinas de mapeamento participativo, e tivemos como objetivo, além da confecção de mapas propriamente ditos, compreender o potencial da cartografia social como parte das dinâmicas organizativas de movimentos sociais.

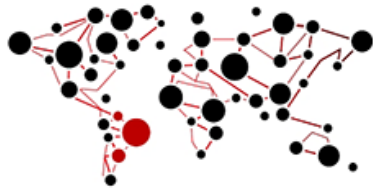
O texto foi dividido em três partes, além dessa introdução. Na primeira delas, descrevemos aspectos territoriais da formação da Serra do Brigadeiro e as territorialidades em tensão na região. Após, apresentamos um debate sobre cartografia social e relações de poder, e a operacionalização do projeto em si. Por fim, expomos algumas considerações sobre o trabalho realizado.

2 - Serrado Brigadeiro: territorialidades em tensão

A Serra do Brigadeiro está localizada na Zona da Mata mineira, mais especificamente entre os municípios de Araponga, Divino, Ervália, Muriaé, Fervedouro, Miradouro, Pedra Bonita, Sericita e Rosário da Limeira. Sua formação territorial, em termos gerais, remonta às populações indígenas, notadamente os Puris.

No período colonial, esta parcela do território mineiro foi penetrada pelo movimento das bandeiras que buscava metais preciosos para a consolidação da mineração de ouro. Assim, nos entremeios dos caminhos para a região aurífera, deu-se a colonização agrícola da Serra do Brigadeiro ainda no século XIX, baseada na cultura do café e na pecuária familiar. Estas atividades causaram perda da vegetação nativa, fato agravado na década de 1950 quando a siderúrgica Belgo-Mineira devastou boa parte da mata para a produção de carvão (SILVA, 2012).

Na década de 1980, a agricultura familiar da Serra do Brigadeiro foi acometida por duas crises, a saber: i) crise ambiental, causada pela extração de madeira para alimentar a siderurgia; e ii) crise social, decorrente da intensificação de conflitos



XIII ENANPEGE

A GEOGRAFIA BRASILEIRA NA CIÊNCIA-MUNDO:
produção, circulação e apropriação do conhecimento
DE 2 A 7 DE SETEMBRO DE 2019 · SÃO PAULO

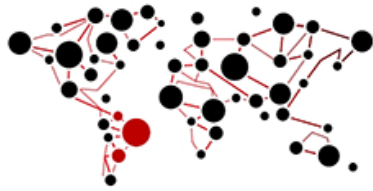
4

agrários entre proprietários de terras e arrendatários, agravada pela queda do preço do café internacionalmente. Estas crises levaram os agricultores, em boa medida influenciados pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) da Igreja Católica, a se organizarem em torno de Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR's), estabelecendo parcerias com o movimento agroecológico (CHARÃO-MARQUES, *et. al.*, 2017).

Nesse mesmo período também se tem início um conflito na região que envolvia a criação de uma Unidade de Conservação (UC), qual seja, o Parque Estadual da Serra do Brigadeiro (PESB). Esta UC, inicialmente proposta com área de 32.500 hectares (Lei Estadual nº 9.655/88), gerou intensa mobilização social por parte dos STR's, CPT, instituições de ensino, pesquisa e extensão e Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais (FETAEMG); uma vez que seria necessário deslocar milhares de agricultores que ali residiam. Após anos de debates, pesquisas e ações de resistência frente à implantação dessa UC, em 1996 o governo de Minas Gerais revisou o ato de criação do PESB, publicando o Decreto Estadual nº 38.319/1996 (MINAS GERAIS, 1996). Assim, a área proposta inicialmente foi reduzida para 13.210 hectares, considerando os aspectos ambientais, sociais, econômicos e políticos regionais (BONFIM, 2006).

Já nos anos 2000, considerando a presença da agricultura familiar e do PESB, a Serra do Brigadeiro foi alvo de uma política pública da Secretaria de Desenvolvimento Territorial, do então Ministério do Desenvolvimento Agrário, a saber: o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Território Rurais; quando na região foi implantado o Território da Serra do Brigadeiro (TSB). Com o TSB, organizações sociais, universidades, ONG's e empresas públicas de extensão rural construíram um plano de desenvolvimento (BRASIL, 2006) no qual definiram eixos que deveriam receber atenção, quais sejam: (i) agroecologia; (ii) turismo comunitário; (iii) artesanato; e (iv) agroindústria familiar (FERNANDES, *et. al.*, 2007).

Porém, nessa mesma época, a Serra do Brigadeiro também foi alvo de mineradoras que pretendem explorar bauxita para produção de alumínio (MAGNO, *et. al.*, 2017). Atualmente são 222 processos de concessão minerária em andamento nos



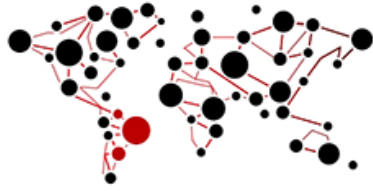
XIII ENANPEGE

A GEOGRAFIA BRASILEIRA NA CIÊNCIA-MUNDO:
produção, circulação e apropriação do conhecimento
DE 2 A 7 DE SETEMBRO DE 2019 · SÃO PAULO

5

órgãos ambientais de Minas Gerais requeridos por mais de 10 empresas, sendo a CBA a empresa que detém a maior parte deles (31,1%).

A CBA, desde a década de 1950, tem feito pesquisa e prospecção mineral na região. A intensificação dessas pesquisas, a partir da década de 1980, levou à descoberta de importantes jazidas, referidas como o “veio da bauxita brasileira”, já que se tratava da segunda maior reserva do país. Nesse contexto, inicia-se as tratativas para requerer autorização de lavra perante os órgãos ambientais; os quais concederam dezenas de áreas a essas empresas para pesquisa, prospecção e extração mineral, conforme figura 1.



XIII ENANPEGE

A GEOGRAFIA BRASILEIRA NA CIÊNCIA-MUNDO:
produção, circulação e apropriação do conhecimento
DE 2 A 7 DE SETEMBRO DE 2019 · SÃO PAULO

6

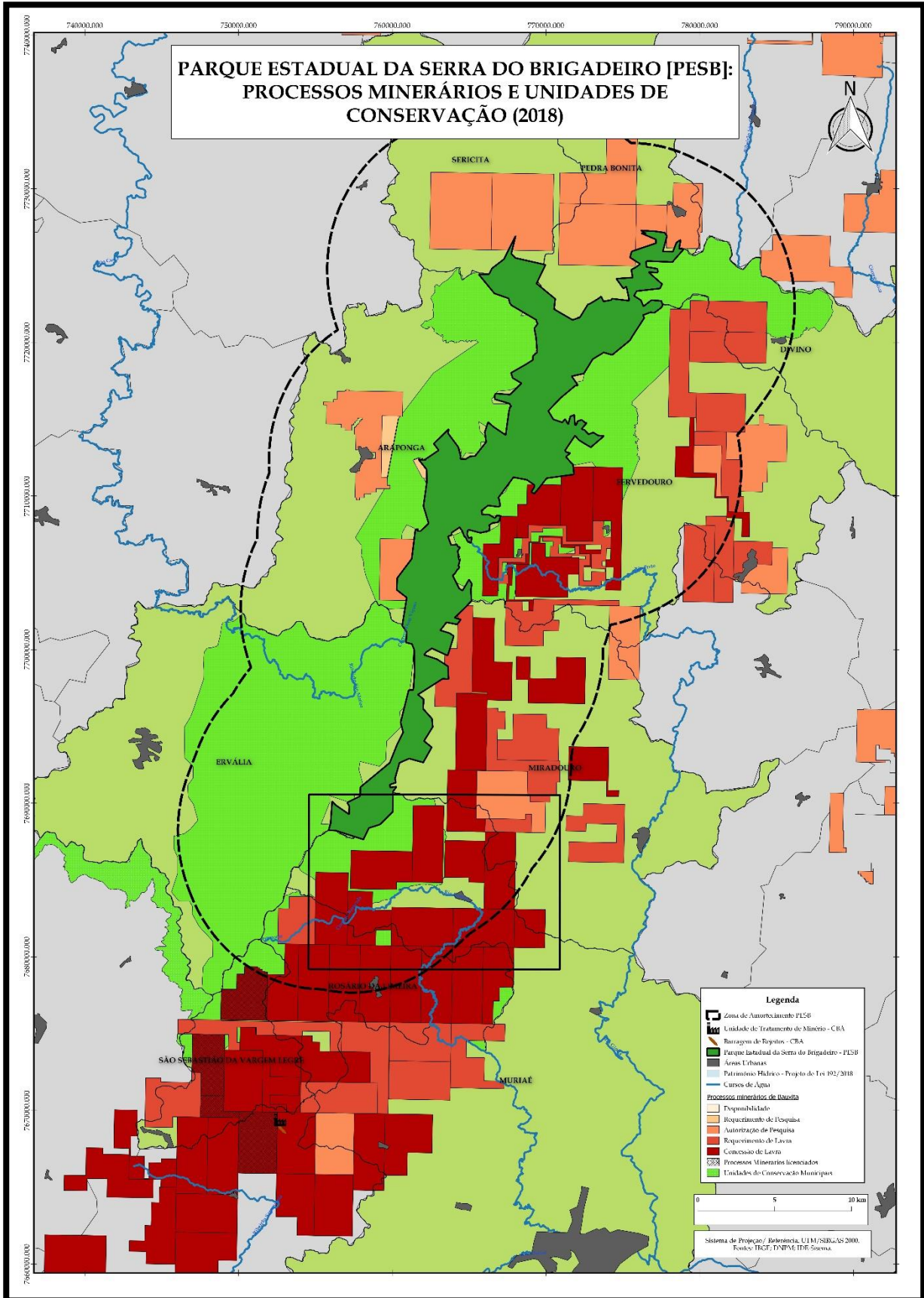


Figura 1 – Localização do PESB e dos processos minerários em seu entorno, 2018.

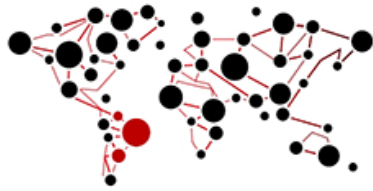
Nesse contexto, configura-se um cenário de conflito ambiental (ACSELRAD, 2004) representado por distintos projetos de ordenamento territorial na Serra do Brigadeiro, onde, por um lado, figura a CBA e representantes de prefeituras que defendem a mineração como forma de gerar renda e “desenvolvimento” na região; e, por outro lado, agricultores familiares, movimentos sociais e instituição de ensino, pesquisa e extensão, convencidos da inviabilidade socioambiental que a mineração traz para um território que, historicamente, tem se posicionado em favor de projetos de desenvolvimento que contemple a agricultura familiar e a sustentabilidade.

Nesse cenário, visando fortalecer a resistência, desde 2004 diversas organizações vêm se mobilizando a partir da Comissão Luta e Enfrentamento à Mineração na Serra do Brigadeiro, encampando ações como ocupação de rodovias, intercâmbio entre comunidades, seminários de formação política, audiências públicas, dentre outras já descritas em Magno, *et. al.* (2017). Entretanto, nos anos recentes, esta comissão tem demandado dos poderes públicos e de instituições de pesquisa informações técnicas a respeito da mineração na região para construir novas estratégias de contestação, institucionais e não-institucionais.

Especificamente em relação às demandas de pesquisa, estas têm incidindo diretamente no IF Sudeste MG e na UFV, através da solicitação de dados geológicos, cartográficos e territoriais sobre as áreas com concessões minerárias e da realização de contra-mapeamentos e contra-estudos a fim de visibilizar potencialidades econômicas, culturais, sociais e ambientais comunitárias que, a rigor, são invisibilizadas pela mineradora em suas representações espaciais. E foi justamente desta demanda que surgiu o projeto de extensão “Cartografia social e agricultura familiar frente à mineração na Serra do Brigadeiro”.

3 - Cartografia social na Serra do Brigadeiro: geografia e re(ex)sistências sociais

O entendimento do contexto da expansão capitalista e da inserção econômica internacional do Brasil através da acumulação por espoliação, e também o surgimento de novos movimentos sociais mais fragmentados, com novas frentes de



XIII ENANPEGE

A GEOGRAFIA BRASILEIRA NA CIÊNCIA-MUNDO:
produção, circulação e apropriação do conhecimento
DE 2 A 7 DE SETEMBRO DE 2019 · SÃO PAULO

8

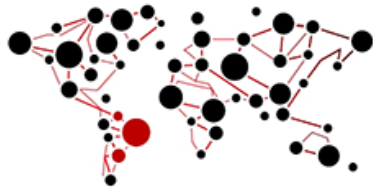
lutas e articulados de forma mais complexa (HARVEY, 2005), foi um dos elementos teóricos que nos motivou a atuar na Serra do Brigadeiro. O debate geográfico a esse respeito tem empregado nas análises conceitos como o de política de escala, rede de associações e geometrias de poder (ver, por exemplo Cox, 1998; Massey, 1999; 2008; Brandão, 2010; Featherstone, 2011).

A partir desse debate, entendemos que a política espacial se conforma na noção de práticas de compromissos estabelecidas a partir de geometrias de poder formada por redes de associações diversas. Assim, se, por um lado, não pode haver direitos comunitários fora do contexto de geometrias particulares de poder em que estes direitos são construídos, por outro lado, a reformulação do modo como se imagina o espaço e a espacialidade pode se tornar importante para a ação política; e os exercícios de construção e desconstrução cartográficas podem contribuir para isso.

A cartografia social, segundo Acselrad e Coli (2008), surge como marca de dessa ambiguidade, isto é, surge para, ao mesmo tempo, dar voz às comunidades locais e grupos desfavorecidos, e para mostrar as estruturas de poder hegemônicas nos territórios nos quais ela se desenvolve. Assim, o espaço, e o próprio processo participativo de representação cartográfica, fazem com que as geometrias de poder “se cruzem” nas diversas representações políticas. Ou seja, eles se tornam objetos de disputa e, por conseguinte, de poder.

Foi a partir desse debate que nos preparamos para a realização das ações de extensão no distrito de Belisário. Para a intervenção social, em um primeiro momento, foi preciso planejar em conjunto com a Comissão de Luta e Enfrentamento à Mineração na Serra do Brigadeiro formas de mobilização de lideranças comunitárias e agricultores para participarem do projeto. Nesse contexto, o papel da Igreja Católica foi fundamental para o desenvolvimento do projeto.

A Associação Franciscana Santa Maria dos Anjos tem atuado nas comunidades rurais de Muriaé-MG através das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's), formando grupos de fraternidade em 55 pontos desse território. Estes grupos possuem dinâmica organizativa própria, com reuniões mensais com representação de



XIII ENANPEGE

A GEOGRAFIA BRASILEIRA NA CIÊNCIA-MUNDO:
produção, circulação e apropriação do conhecimento
DE 2 A 7 DE SETEMBRO DE 2019 · SÃO PAULO

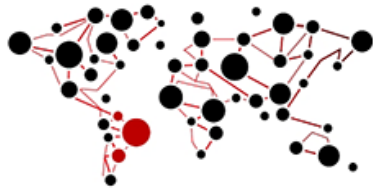
9

cada um dos grupos. Então, a cada reunião das CEB's as pessoas que participam trazem demandas, descrevem ameaças e debatem propostas de intervenção coletiva. E foi aproveitando desta dinâmica comunitária que ocorreu a inserção da equipe do projeto em Belisário.

A cada reunião das CEB's, após os informes comunitários, uma oficina de cartografia social era realizada, e elas tiveram os seguintes objetivos: i) apresentação da proposta propriamente dita; ii) realização de dinâmicas de reconhecimento do território; iii) levantamento das fortalezas e desafios comunitários; iv) apresentação e correções de mapas após tratamento espacial das informações; v) devolução dos dados para possíveis correções; e vi) apresentação dos produtos finais.

Nas oficinas, incentivávamos os participantes a trabalharem com o par “denúncia” e “anúncio” territorial, sendo que o primeiro dizia respeito a denúncias feitas por eles de processos que os ameaçavam ou instabilizavam o território (p. ex. mineração, desmatamento, ameaça de morte, etc.); e os anúncios deveriam retratar elementos que a comunidade queria visibilizar e que poderiam servir para demandar políticas públicas (p. ex. agroecologia, cachoeiras, festas religiosas, turismo comunitário, artesanato, etc.). Os resultados podem ser visualizados nas figuras 2 e 3, respectivamente “mapa de denúncia” e “mapa de anúncios” do distrito de Belisário.

Quanto aos elementos representados no “mapa de denúncia”, a mineração ganhou destaque em função do conflito ambiental latente envolvendo a CBA. Isso também se deu em função da participação nas oficinas de integrantes da ONG Amigos do Iracambi, organização que desde 2004 acompanha os processos de licenciamento ambiental na região e tem as bases de dados cartográficas referentes às jazidas de bauxita. Ainda no “mapa de denúncia”, também mereceu destaque uma ação de desmatamento que havia ocorrido recentemente no local e que chamou a atenção de muitos agricultores, e a ameaça de morte a um pároco local, liderança religiosa na luta contra a mineração que ocorreu em 17 de fevereiro de 2017 e que mobilizou sobremaneira a Comissão de Luta e Enfrentamento à Mineração na Serra do



XIII ENANPEGE

A GEOGRAFIA BRASILEIRA NA CIÊNCIA-MUNDO:
produção, circulação e apropriação do conhecimento
DE 2 A 7 DE SETEMBRO DE 2019 · SÃO PAULO

10

Brigadeiro na construção de estratégias de denúncias na mídia nacional e internacional e de buscas de proteção ao pároco (MAGNO *et.al.*, 2017).

Já no “mapa de anúncios”, os elementos com maior representatividade foram: i) as famílias de agricultores (a demanda por representar as pessoas era constantemente frisada pelos participantes das oficinas, entendendo isso como forma de dizer “tem muita gente nesse território”, em contraponto à representação cartográfica da empresa que ocultava essa informação); ii) a produção agroecológica; iii) as igrejas e festas religiosas; iv) os recursos hídricos; e v) os pontos de turismo comunitário. Este mapa foi intitulado pela própria comunidade como “Belisário: diversidade territorial”.

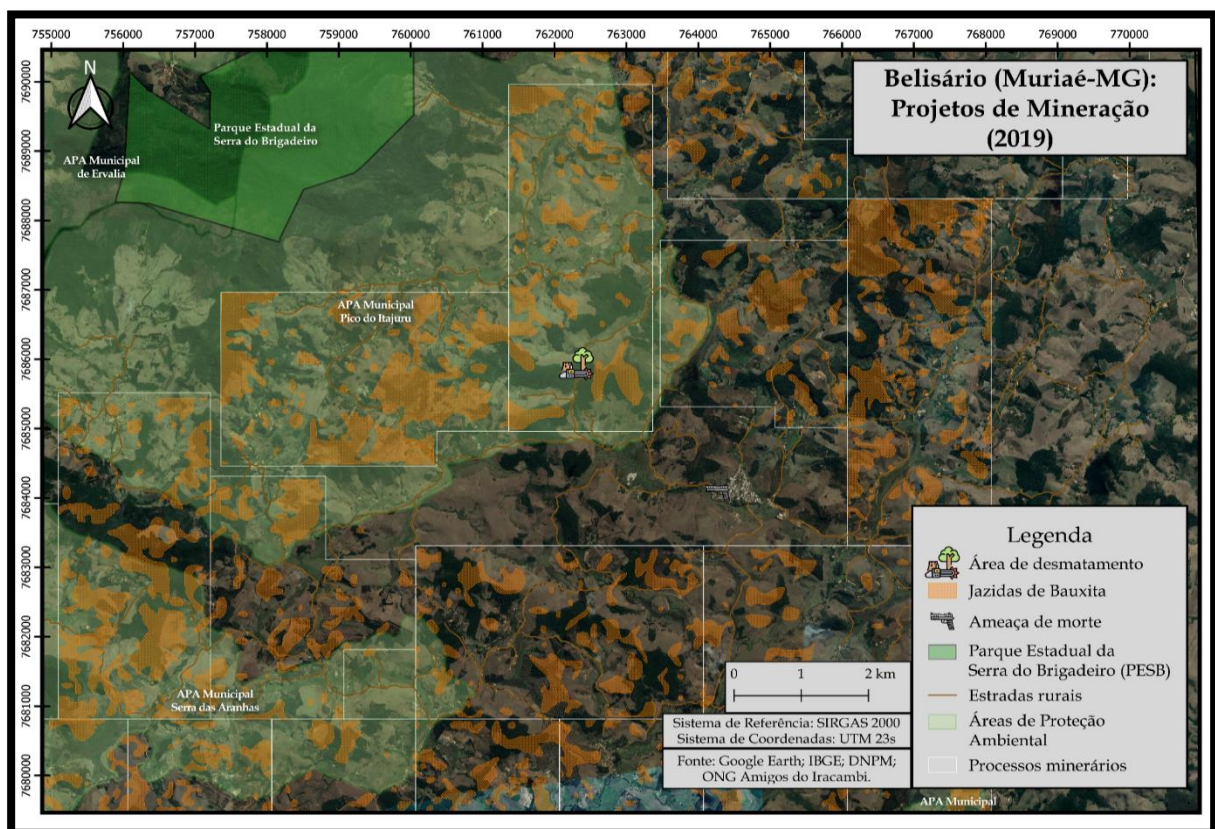
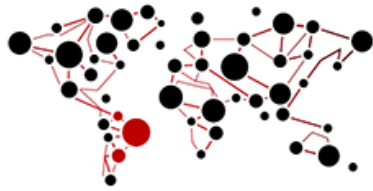


Figura 2 – Belisário (Muriaé-MG): projetos de mineração, 2019.



XIII ENANPEGE

A GEOGRAFIA BRASILEIRA NA CIÊNCIA-MUNDO:
produção, circulação e apropriação do conhecimento
DE 2 A 7 DE SETEMBRO DE 2019 · SÃO PAULO

11

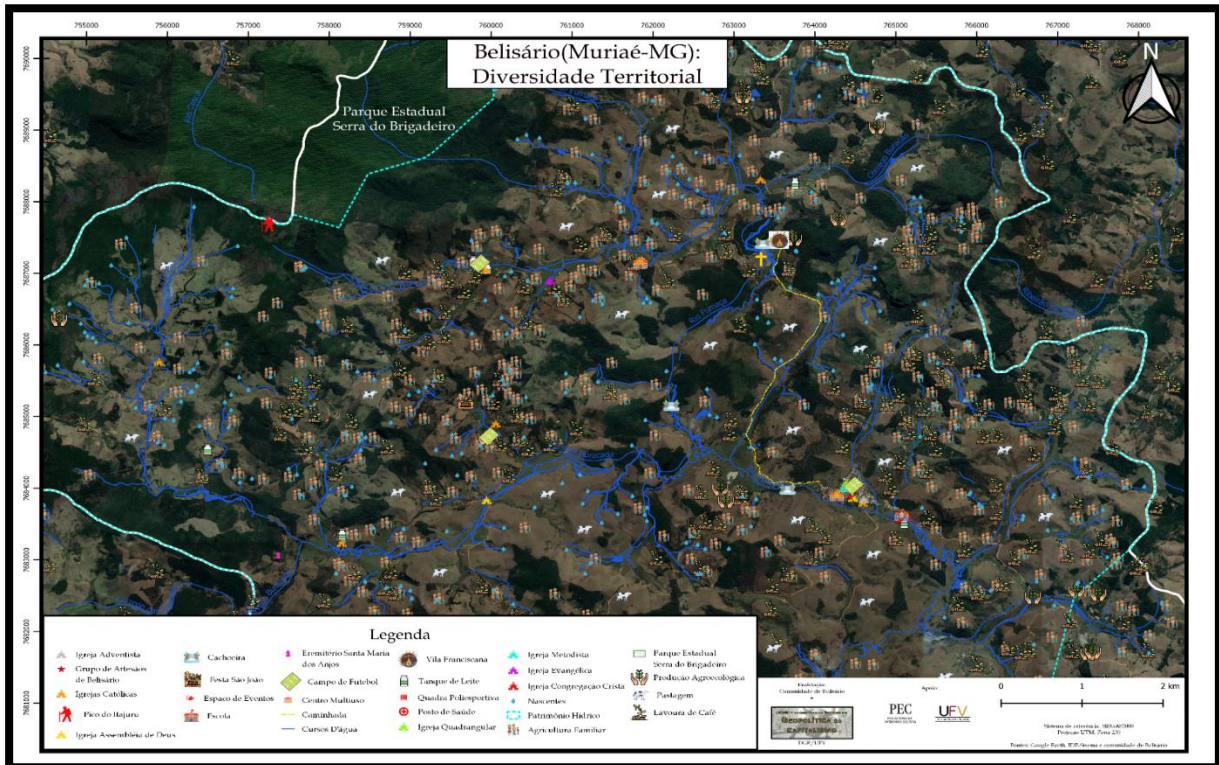
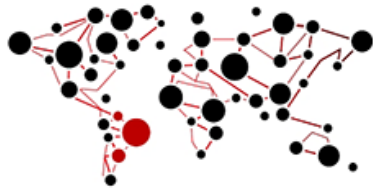


Figura 3 – Belisário (Muriaé-MG): diversidade territorial, 2019.

Por fim, vale mencionar outro resultado político do projeto para as ações de resistência, inicialmente não previsto. No decorrer do ano de 2018 a Comissão de Luta e Enfrentamento à Mineração na Serra do Brigadeiro utilizou os mapas confeccionados para demandar instrumentos legais da Câmara Municipal e da Prefeitura de Muriaé para constituição de uma Área de Preservação Ambiental no distrito de Belisário, e, ao final do ano de 2018, a Prefeitura Municipal publicou uma lei que o tornou “Patrimônio Hídrico Municipal”. Isso, com efeito, foi considerado um resultado positivo do projeto desenvolvido que, aliado à atuação histórica da Comissão de Luta e Enfrentamento à Mineração na Serra do Brigadeiro, proporcionou um (re)ordenamento territorial na região, restringindo intervenções da CBA.

Evidentemente que a construção de uma área de proteção ambiental, tal como a proposta em Muriaé, não impede em definitivo o avanço da mineração, entretanto, coloca algumas barreiras institucionais para intervenções de empresas mineradoras nas mesmas. Mais do que isso, o estabelecimento de Belisário como



XIII ENANPEGE

A GEOGRAFIA BRASILEIRA NA CIÊNCIA-MUNDO:
produção, circulação e apropriação do conhecimento
DE 2 A 7 DE SETEMBRO DE 2019 · SÃO PAULO

12

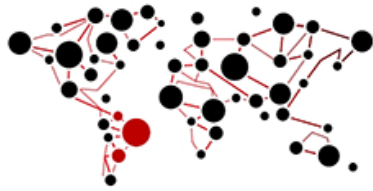
Patrimônio Hídrico de Muriaé levantou um debate importantíssimo na região, qual seja, o referente à necessidade de definir áreas livres da mineração que, para além do significado estritamente ambiental, ganham importância na mobilização social e política local.

Para pesquisas posteriores, esse debate nos interessa na medida em que está alinhado com o realizado por movimentos sociais no âmbito nacional, a exemplo do MAM e do Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração; e ganha relevância após os desastres sociotécnicos envolvendo empreendimentos de mineração e pode influenciar projetos de leis sobre a temática em diversas esferas governamentais.

4 - Considerações finais

O trabalho realizado clareou as implicações políticas dos mapas em contextos de conflitos ambientais. As disputas territoriais na Serra do Brigadeiro foram evidenciadas no processo de elaboração cartográfica e favoreceu determinada ação política. Portanto, concordamos com Almeida (1993) quando ele argumentou que é possível imaginar uma guerra de mapas, já que os conflitos, massacres, ameaças, etc., significam, também, apagar do mapa determinado sujeito, o que em outras palavras equivale a dizer suprimir o território do “outro”; e a cartografia social visa justamente o contrário: afirmar o território subalternizado. Além disso, com ajuda de Acselrad e Coli (2008), percebemos que nada é mais construído do que um “dado”, ou seja, que a tarefa de coleta de dados, mais do que uma técnica, responde a desafios sociais e políticos.

Dessa forma, experiências com cartografia social produzem efeitos para além do processo de produção dos mapas propriamente dito, já que permitem a reapropriação territorial e participação/proposição em/de projetos de (re)ordenamento territorial. Assim, as experiências cartográficas “desde abaixo” buscam provocar campos de forças dentro dos quais determinados grupos estão subalternizados. Da mesma forma, favorecem a busca por direitos e reconhecimento político e da sociedade. Assim, se o Estado e as empresas/corporações são, hoje, os dois maiores



XIII ENANPEGE

A GEOGRAFIA BRASILEIRA NA CIÊNCIA-MUNDO:
produção, circulação e apropriação do conhecimento
DE 2 A 7 DE SETEMBRO DE 2019 · SÃO PAULO

13

poderes de produção do espacial, a cartografia social pode se apresentar como outra forma de contar a história e planejar o espaço.

Referências

ACSELRAD, H. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: ACSELRAD, H. (org.) **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Heinrich Böll, 2004. p. 13 - 35.

ACSELRAD, H; COLI, L.R. Disputas cartográficas e disputas territoriais. In: ACSELRAD, H. et al. (Org.). **Cartografias sociais e território**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento urbano e Regional, p. 13-43, 2008. Disponível em:

http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/raul/cartografia_tematica/leitura%204/Cartografia_s%20Sociais%20e%20Territ%F3rio.pdf. Acessado em 6 de fevereiro de 2018.

ALMEIDA, A. W. B. de. **Carajás: a guerra dos mapas**. Belém: Falangola, 1993.

ALMEIDA, A. W. B. de. Nova cartografia social: territorialidades específicas e politização da consciência das fronteiras. In: ALMEIDA, A. W. B. de. (Org.) **Povos e Comunidades Tradicionais**. Manaus: PNCSA/UEA, 2013. p.157-173.

BONFIM, V. R. **Conflitos, participação e lições aprendidas no processo de criação do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro (PESB), MG**. Tese (Doutorado em Ciência Florestal) UFV, Viçosa-MG, 2006.

BRANDÃO, C. R. Desenvolvimento, territórios e escalas espaciais: levar na devida conta as contribuições da economia política e da geografia crítica para construir a abordagem interdisciplinar. In: RIBEIRO, M. T. F.; MILANI, C. R. S. (orgs.). **Compreendendo a complexidade socioespacial contemporânea: o território como categoria de diálogo interdisciplinar**. Salvador: EDUFBA, 2010. p. 151-186.

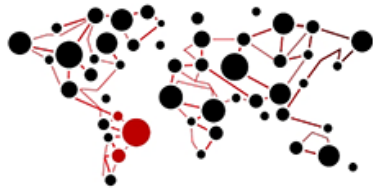
BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Desenvolvimento Territorial. **Território da Serra do Brigadeiro, Minas Gerais – Plano Safra Territorial**. Brasília-DF, 2006. Disponível em: http://sit.mda.gov.br/biblioteca_virtual/pst/pst_territorio078.pdf. Acessado em 2 de fevereiro de 2018.

CÁCERES, L. S. R. Direitos territoriais e mapeamento participativo na América Latina. In: ACSELRAD, H. (Org.) **Cartografia social e dinâmicas territoriais: marcos para o debate**. 2º Ed. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2012. p. 123-161.

CHARÃO-MARQUES, F.; SCHMITT, C. J.; OLIVEIRA, D. Agências e associações nas redes de agroecologia: práticas e dinâmicas de interação na serra gaúcha e na zona da mata mineira. Século XXI, **Revista de Ciências Sociais**, v.7, no 1, p.15-42, jan./jun. 2017.

COX, K. Spaces of dependence, spaces of engagement and politics of scale, or: looking for local politics. **Political Geography**, Vol. 17, N° 1, 1998. p. 1-23.

FEATHERSTONE, D. On assemblage and articulation. **Area**, Royal Geographical Society (with the Institute of British Geographers), 2011. p. 21-30. Disponível em:



XIII ENANPEGE

A GEOGRAFIA BRASILEIRA NA CIÊNCIA-MUNDO:
produção, circulação e apropriação do conhecimento
DE 2 A 7 DE SETEMBRO DE 2019 · SÃO PAULO

14

<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1475-4762.2011.01007.x/abstract?deniedAccessCustomisedMessage=&userIsAuthenticated=false>. Acesso em 29 de julho de 2014.

FERNANDES, M. L. D; FIUZA, A. L. C; ROTHMAM, F. D. Territorios y procesos de construcción social en la Sierra de Brigadeiro, Minas Gerais. In: BENGGOA, J. (Org.). **Territorios rurales: movimientos sociales y desarrollo territorial rural en América Latina**. Santiago do Chile: Catalonia, 2007. p. 561-595.

HARVEY, D. **O novo imperialismo**. 2º Ed. São Paulo: Loyola, 2005.

MAGNO, L; SIQUEIRA, L. P. G. de; DELESPOSTE, A. G. "Mineração? Aqui não!": a construção da resistência à mineração de bauxita na Serra do Brigadeiro, Minas Gerais. **Anais do VIII Simpósio Internacional de Geografia Agrária**, Curitiba-PR, 2017. Disponível em: <http://www.ufjf.br/poemas/files/2014/08/Minera%C3%A7%C3%A3o-Aqui-n%C3%A3o-2017.pdf>. Acessado em 25 de julho de 2018.

MASSEY, D. **Pelo espaço**. Uma nova política da espacialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MASSEY, D. Space of politics. In: MASSEY, D; ALLEN, J; SARRE, P. **Human Geography Today**. Cambridge: Polity Press, 1999. p. 279-294.

MINAS GERAIS. Decreto 38.319, 27 de setembro de 1996. Cria o Parque Estadual da Serra do Brigadeiro, localizado na Zona da Mata mineira. **Diário do Poder Executivo**, Belo Horizonte, 28 de setembro de 1996. Disponível em: <http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=1441>. Acessado em 20 de janeiro de 2019.

OFFEN, K. H. The territorial turn: making black territories in Pacific Colombia. **Journal of Latin American Geography**. N°2, vol. 1, 2003. p. 43-73.

SILVA, C. H. da. **Conflitos ambientais no entorno do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro (PESB): agricultura familiar e mineração de bauxita**. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural), 164f. Universidade Federal de Viçosa, Viçosa-MG, 2012.